



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0665/14	DATA: 21/05/2014	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h47min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO MARCOS MYSKIW - Professor Doutor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e membro da Comissão da Verdade daquela instituição de ensino.

ALUÍZIO FERREIRA PALMAR - Jornalista e autor da obra *Onde foi que Vocês Enterraram Nossos Mortos?*

LILIAN CLOTILDE RUGGIA - familiar de uma das vítimas da chacina do Parque Iguçu.

JULIANA SCHWARTZ DAL PIVA - Jornalista.

ROSA CARDOSO - Membro da Comissão Nacional da Verdade.

RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL - Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

IVAN SEIXAS - Assessor/pesquisador da Comissão Nacional da Verdade.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO.

SUMÁRIO

Debate a respeito da chacina do Parque do Iguçu, Estado do Paraná, durante a ditadura militar, em especial quanto à busca dos corpos das vítimas.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há palavras ou expressões ininteligíveis.

Houve exposição e intervenção em espanhol sem tradução simultânea.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, que tem como finalidade debater sobre a chacina do Parque do Iguaçu, no Paraná, durante a ditadura militar, em especial quanto à busca dos corpos das vítimas.

Esta audiência pública atende a requerimento de minha autoria, aprovado no âmbito desta Comissão e subscrito também pelo Deputado Nilmário Miranda e pela Deputada Erika Kokay, se não me falha a memória.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Antonio Marcos Myskiw, professor doutor da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS e membro da Comissão da Verdade da instituição de ensino (*palmas*); o Sr. Aluizio Ferreira Palmar, jornalista e autor da obra *Onde Foi que Vocês Enterraram os nossos Mortos?* (*palmas*); a Sra. Lilian Clotilde Ruggia, familiar de uma das vítimas da chacina, inclusive de naturalidade argentina (*palmas*); a Sra. Juliana Schwartz Dal Piva, jornalista (*palmas*); a Sra. Rosa Cardoso, representante da Comissão Nacional da Verdade (*palmas*); o Sr. Rafael Luiz Feliciano da Costa Schincariol, coordenador-geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (*palmas*); e o Sr. Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio. (*Palmas.*)

Antes de iniciar as exposições, quero pedir desculpas pelos transtornos, porque esta audiência estava marcada para as 14 horas, inicialmente no Plenário 9, e depois nos colocaram no Plenário 2, onde tinha outra atividade, que não se encerrava e tinha inclusive relação com a Comissão de Direitos Humanos, então nós retornamos ao Plenário 9. Eu peço desculpas aos Deputados e, de forma especial, aos expositores, aos que vieram acompanhar esta audiência e aos muitos e muitos que estavam preparados, acompanhando a audiência pela Internet, pelo *site* da Câmara, em várias partes do País, principalmente no Estado do Paraná. Nossas desculpas. São acontecimentos que fogem ao nosso controle, mas esperamos que ainda haja tempo, apesar do atraso de uma hora e quinze minutos, de cumprirmos o nosso objetivo.

Eu gostaria de conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Roberto de Lucena, para um breve comunicado, a pedido de S.Exa.



O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados desta audiência pública, quero apenas fazer um registro e cumprimentar a ONG Visão Mundial, que reuniu no Recife, no mês de maio, entre os dias 13 e 15, no Estádio do Náutico, jovens de 12 países. Foram 160 meninos e meninas, entre 12 e 24 anos, vindos de vários países para um torneio de futebol. Além de participar desse torneio de futebol, discutiram — a ideia foi a de aproveitar a visibilidade internacional gerada pela Copa do Mundo — os problemas que afligem crianças, adolescentes e jovens no Brasil e no mundo. Os temas discutidos foram mortalidade juvenil, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, desnutrição infantil e oportunidades econômicas para a juventude.

Sou também portador de uma carta encaminhada à ONU e ao Governo Federal. Não vou lê-la aqui, Presidente, mas vou encaminhar à nossa Comissão esta carta assinada por esses 160 meninos e meninas tratando especialmente do tema violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quero agradecer a V.Exa. a distinção de permitir-me fazer este registro. E mais uma vez parablenizo a ONG Visão Mundial pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado. Fica o registro, Deputado Roberto de Lucena.

Quero saudar a Deputada Luiza Erundina, Presidente da Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça. Certamente, esta é uma pauta da Subcomissão, Deputada Luiza Erundina. Na sequência, V.Exa. irá também presidir os trabalhos aqui e poderá acolher as exposições e os encaminhamentos para que a Subcomissão, na sua pauta, na sua agenda, possa tratar desse episódio acontecido em julho de 1974, no Estado do Paraná.

Eu também teria agendado um breve pronunciamento para o início, mas para abreviar os trabalhos não vou fazê-lo, para que nós possamos ir direto às exposições dos convidados. Portanto, o primeiro convidado a falar é o Professor Doutor Antonio Marcos, da Universidade Federal da Fronteira Sul e membro da Comissão da Verdade daquela instituição de ensino.

Tem a palavra por 15 minutos, prorrogáveis por no máximo 5 minutos.

Antes de conceder a palavra, mais uma vez, peço desculpas aos convidados e expositores e quero dizer que estamos tristes pelo transtorno. Alguns têm que



viajar no final da tarde. Então, vamos ver se conseguimos alcançar o objetivo da nossa audiência, mesmo com o ocorrido.

O SR. ANTONIO MARCOS MYSKIW - Boa tarde nobre Presidente e demais colegas da Mesa!

O momento é importante, e minha fala será muito incisiva. Minha meta é falar sobre a história da região sudoeste do Paraná, ainda que de forma muito rápida.

Como historiador ligado à Universidade Federal da Fronteira Sul e nos últimos anos dedicando-me ao estudo da história da região, toda vez que eu pegava um livro mais antigo sobre a história da região, percebia que muita coisa está para ser escrita, ainda hoje, por mais que tenhamos muitos programas de pós-graduação Brasil afora.

Quando se fala em revolta, em revolução, no sudoeste, para os novos e para os antigos, muitos se lembram dos conflitos de 1957, quando um grupo de colonos, roceiros, pegaram em armas para defender o que lhes era supostamente de direito: o acesso a terra. Se olharmos o passado dessa região, veremos que temos outros momentos históricos em que a violência, o conflito e a repressão estão presentes.

Aqui faço menção à Guerra do Contestado, que, pouco tempo atrás, comemorou 100 anos. Essa guerra ocorreu entre 1912 e 1916 e matou muita gente na região do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina. Um número significativo de pessoas migrou de lá fugindo da guerra, da morte, e foi parar na região sudoeste do Paraná, entre elas a região que hoje conhecemos como Município de Pato Branco.

Estimativas e fontes documentais dão conta de que, nessa época, em 1916, 1917 e 1918, existiam nessa região aproximadamente 18 mil pessoas migradas da região do Contestado. Esse número de pessoas era tão significativo que o Governo do Paraná simplesmente desapropriou uma fazenda chamada Bom Retiro e fez o primeiro assentamento de colonos nacionais no Paraná para assentar essas pessoas. Qual era o sentido desse assentamento nessa época? O Governo do Paraná tinha medo de que aquelas pessoas que migraram, que também eram combatentes, mas estavam saindo daquele lugar por medo de serem mortas, pudessem fazer um novo Contestado nessa região.

As pessoas que migraram da região do Contestado haviam brigado durante muito tempo pela terra e pelo direito que lhes assistia. Elas migraram para uma nova



região, e o Governo do Paraná, com medo, fez um projeto de assentamento. O projeto não foi concluído, e as pessoas foram abandonadas 5 anos depois.

Não é à toa que em 1930, o Governo Getúlio Vargas, no processo de marcha para o oeste, em 1937 e 1938, inclui a região sudoeste no programa de expansão e ocupação da região de fronteira, colocando no sudoeste a Colônia Agrícola Nacional General Osório — CANGO, que mais tarde vai ter a sede em Francisco Beltrão. A Colônia abrigava e assentava, de forma gratuita, com o auxílio das pessoas e do Governo, para que fizessem o processo de colonização. Só que era uma região que mais tarde estaria *sub judice*, em uma disputa agrária pela posse da terra, sendo que quatro ou cinco pessoas e empresas possuem o título sobre a mesma terra, a gleba Missões. É essa disputa jurídica que vai dar origem aos conflitos de 1957.

A migração de colonos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de outras regiões do Paraná e de São Paulo vai fazer com que, aos poucos, os colonos, os posseiros e também cidadãos urbanos de Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Santo Antônio, Pranchita e outros lugares peguem armas para defender novamente o que é deles. O que lhes havia de direito era apenas um documento provisório de posse de terra que as colonizadoras estavam querendo retirar. Os colonos pegaram armas e foram defender o que era deles. As fotos mostram isso em muitos momentos — mais adiante teremos fotos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Antonio, você tem apresentação?

O SR. ANTONIO MARCOS MYSKIW - Eu tenho apresentação, mas não sei se foi colocada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Aqui o espaço é curto, mas, se você quiser ficar em pé, podemos nos afastar um pouco para assistir à sua apresentação. Desculpe-me por não ter lembrado antes.

O SR. ANTONIO MARCOS MYSKIW - Pode ir passando aqui, que eu vou falando, rapidamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui é a Colônia Bom Retiro, que hoje é o Município de Pato Branco, no sudoeste do Paraná. É um projeto do Governo do Estado para assentar esses colonos nacionais.



A Coluna Prestes também tem um movimento importante nessa passagem pela região sudoeste, nos anos 24 e 25. Por quê? Os soldados e a Coluna Prestes passaram pela região, só que a própria Coluna Prestes fez as populações local e regional sofrerem muito. Mas não foi só a Coluna Prestes que judiou da população, deixando-a passar fome, com algumas pessoas sendo mortas, com índios sendo mortos. Os próprios batalhões do Exército Brasileiro, que estavam à caça da Coluna Prestes, também fizeram o mesmo. Ou seja, novamente violência, novamente conflitos, novamente resistência.

Aqui é a passagem da Coluna Prestes pela região sudoeste do Paraná.

Aqui é a fronteira, em Foz do Iguaçu, a junção da Coluna Miguel Costa com a Coluna Prestes, em 1925.

Aqui é o trabalho de empresários ervateiros argentinos e paraguaios explorando a mão de obra brasileira e paraguaia em condições sub-humanas, em condições de escravidão, com os trabalhadores sendo escravizados. A passagem da Coluna Prestes deu visibilidade a um processo de escravidão que existia na fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Argentina.

Aqui é a exploração de madeira. Depois que muitos trabalhavam na exploração da erva-mate, ainda tinham que derrubar madeira e transportar até a beira do Rio Paraná e do Rio Iguaçu para vender ou levar para a Argentina.

Estas são algumas imagens que mostram um pouco a formação das jangadas e a forma de transporte.

Quanto a Getúlio Vargas, é o que falei, é o processo de modernização mais para o oeste.

Aqui em cima, é a sede da CANGO, que, aqui embaixo, está reproduzida em uma imagem menor.

Aqui é uma foto dos anos 50, da origem da cidade de Francisco Beltrão.

O Território Federal de Iguaçu, criado em 1943 e extinto em 1946, muda um pouco a perspectiva de ocupação. Aqui é uma antiga sede do Território Federal do Iguaçu, em Laranjeiras do Sul. Aqui são algumas casas da época. A Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul ainda hoje funciona numa antiga sede.

Sobre os conflitos agrários no sudoeste, eu já comentei com vocês.



Olhem só como essa imagem é representativa. O que um militar dos anos 60, ao ver essas fotos, vai imaginar? Colonos com armas em punho, revólveres, facão, peixeiras. A primeira coisa que ele falou foi: *“Esses colonos fizeram isso em 1957 e podem fazer uma nova revolta a qualquer momento. Basta serem instigados”*. Os militares dos anos 60 tiveram muito medo desses colonos, desses agricultores, desses posseiros que pegam em armas para defender os seus direitos.

Aqui estou mostrando um pouco do que foi a ditadura militar após 64, com a presença flagrante de documentos do DOPS — Departamento de Ordem Política e Social e também de outros documentos e de relatos de pessoas sobre a presença do Grupo dos Onze em vários Municípios do sudoeste do Paraná. Em Capanema, Santo Antônio, Planalto, Ampére e em vários outros Municípios havia a presença desses colonos, ainda que pouco letrados, organizando-se para tentar defender a ideia de uma democracia, de uma nova visão de mundo e de país. Isso já em 1964, imediatamente após o golpe.

Aqui é um documento que fala da presença do Grupo dos Onze, pró-Brizola, cuja finalidade é a instrução a respeito... Já foi feito um levantamento desses grupos em vários Municípios. Este é um telegrama falando de Antônio Rossin, um dos grandes líderes do Grupo dos Onze, que é de Capanema — não era só ele, mas está falando dele especificamente e falando que a região está sendo acalmada nesse momento.

Aqui é um telegrama de Antônio Rossin para o Deputado Brizola, em 1964, falando que ele e os colegas estão sendo investigados pela própria delegacia local e regional e que vão fazer um inquérito. Na próxima página está o inquérito feito e encaminhado para a polícia da ditadura militar a partir do Grupo dos Onze, de Capanema.

A Operação Três Passos, nascida em 1965, em Três Passos, no Rio Grande do Sul, teve um desfecho na cidade de Capitão Leônidas Marques, na fronteira do oeste com o sudoeste do Paraná. Vários membros do movimento de guerrilha e de resistência acabam sendo presos nessa região. Ou seja, um movimento de revolta nasce em Três Passos para tentar fazer com que o grupo aumente à medida que vai subindo País afora, e acabam sendo presos.



Aqui é o Coronel Jefferson sendo preso e o caminhão passando de balsa pelo Rio Iguaçu. Aqui são outros membros do grupo que estavam passando pelo Paraná e foram presos e transportados para Foz do Iguaçu, para o Batalhão do Exército.

Aqui é a identificação de alguns membros. O Valdetar é um dos que falou recentemente. Aqui estão o Euzébio, o Abraão, o Dorneles, o Reinaldo Groll, o Arsenio Blat e outros colegas que foram presos.

Aqui são apenas alguns fragmentos da dissertação de Daniela Mesquita, de 1993, na área do Direito. Ela explorou essa questão da Operação Três Passos. Por vários momentos, com várias fontes diferentes, ela menciona todos esses companheiros de luta que foram torturados no Batalhão do Exército, em Foz do Iguaçu, e a caminho do Batalhão do Exército. É uma dissertação tornada pública, feita pela UFSC — Universidade Federal de Santa Catarina. Quem quiser ter acesso a ela, eu a tenho aqui. Ela mostra muito fortemente que todos esses foram torturados por muitos dias.

Aqui é a suposta presença de guerrilheiros comunistas, supostamente argentinos comunistas, no sudoeste do Paraná, em especial em Ampére.

Aqui é o caminho do colono: o Parque Nacional de Iguaçu, no qual a chacina foi feita, nos anos 60 e 70, era caminho de passagem de milhares e milhares de colonos em direção ao oeste do Paraná, ao Mato Grosso e a outras regiões.

Aqui são apenas três imagens de moradores da região que mostram um pouco o volume de imigrantes que passavam pela Estrada do Colono nos anos 60.

Aqui, já entrando um pouco na fala do Aluízio Palmar, é o Movimento Revolucionário Oito de Outubro — MR-8, que fez treinamento dentro do Parque Nacional durante um bom tempo em 1968. O Aluízio pode detalhar isso com mais precisão.

Aqui é um documento do DOPS do Paraná detalhando a presença do MR-8 e também do VAR-Palmares — Vanguarda Armada Revolucionária Palmares no território paranaense, na região oeste e sudoeste do Paraná.

Aqui são outros detalhamentos: na década de 70, vamos ter o acirramento da repressão no sudoeste do Paraná. Fazendo uma leitura muito rápida, aqui mostro o contrabando de armas, munições e dinamites em Santo Antônio, no sudoeste, e em Barracão, oriundas da Argentina, e de dinamites desviadas das obras da Itaipu.



Nós temos torturas de pessoas em delegacias em Chopinzinho, Pato Branco e Mangueirinha. Em Mangueirinha, consta um índio sendo torturado e morto. Há a ASSESOAR — Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural, uma ONG que prestava assistência à agricultura familiar, sendo investigada, e todos os seus líderes, lideranças e professores sendo investigados.

Depois, sindicatos dos trabalhadores rurais são os tentáculos da ditadura militar e da repressão na região sudoeste do Paraná, com exceção de alguns membros que resistiam e eram perseguidos abertamente.

Em julho de 1974, aí sim, acontece a chacina no Parque Nacional de Iguaçu, que é o objeto desta fala aqui hoje. Ou seja, na década de 70, a repressão aumentou cada vez mais e a chacina entrou num cenário da região sudoeste que, por muito tempo, foi cenário de conflitos, de violência e de resistência por parte da população.

É um pouco da fala que eu queria fazer aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Muito obrigado, Prof. Antonio.

A ideia da exposição do Prof. Antonio era localizar a região sudoeste e também o oeste, em parte, como uma região que vivia conflitos históricos, como foi exposto aqui. Na sequência, o Aluizio Palmar fará a sua exposição para que a gente tenha ideia de como foi e onde foi a chacina de 1974.

Eu vou dar uma explicação rápida aqui, porque a gente vai ter que entender toda a lógica das nossas exposições. Se alguém sair um pouco da audiência pública, quando voltar, vai perder essa lógica.

A Lilian Ruggia será a terceira a falar. O irmão dela foi uma das vítimas que vieram da Argentina juntamente com o grupo que lá desapareceu.

Teremos mais três falas. A Juliana Dal Piva está aqui cumprindo uma missão muito difícil. Nós tínhamos convidado o Coronel Paulo Malhães. Tínhamos pouca esperança de que ele viesse, mas ele estava falando. Umas 2 semanas depois do requerimento sobre o convite, depois de ele ter falado na Comissão da Verdade, numa bela manhã, ele amanheceu morto e não pôde estar aqui. Nós contatamos a



Juliana por sabermos que ela conversou várias vezes com o Coronel, que deu informações sobre o que ocorreu naquela região.

A Rosa representa aqui a Comissão da Verdade, que também fez várias oitivas e tem informações importantes, para fecharmos esse quadro do que ocorreu lá em 1974. Depois, nós teremos aqui a exposição da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo Rafael Schincariol, que hoje está coordenando a área de mortos e desaparecidos na Secretaria de Direitos Humanos.

Por fim, nós teremos a fala do Presidente do Instituto Chico Mendes, o nosso amigo Roberto Vizentin, porque estamos tratando de um fato que ocorreu dentro de uma área de preservação e conservação. É importante a presença aqui do Instituto Chico Mendes por conta das buscas já realizadas e das buscas que terão que ser continuadas. A autoridade do Parque Nacional do Iguaçu é o Instituto Chico Mendes. Dentro do nosso território, por lei, cabe a vocês essa autoridade. Então, o Vizentin será o último nas exposições.

Eu passei esse quadro a fim de terem ideia de que temos estabelecida uma lógica de exposições que vai fechando esta audiência pública.

Com a palavra o Aluízio Ferreira Palmar. Aluízio, eu sugiro a você que pegue o microfone e fique em pé para fazer a exposição. Você também tem 15 minutos ou, se necessário, 20 minutos para a sua exposição.

O SR. ALUÍZIO FERREIRA PALMAR - Boa tarde!

Eu prefiro falar sentado.

Quando cheguei aqui, fui cumprimentar a Dra. Rosa, que é da Comissão Nacional da Verdade: *“Dra. Rosa, mais uma vez, estamos aí falando, falando, falando...”* Falando está muito difícil, mas, se não falar, é pior ainda. O esquecimento está sempre presente. Eu acho que o esquecimento é mais forte do que a memória. Muito mais forte. O nosso País sofre com essa crise do esquecimento. Então, é preciso falar. Aí a Dra. Rosa me disse: *“Mas são muitos casos, não é?”* São muitos casos, doutora. Nós sabemos que são muitos casos e estamos presentes em todos os casos: dos familiares, dos amigos dos desaparecidos políticos, dos Comitês de Memória, Verdade e Justiça, que hoje estão com os companheiros do Distrito Federal. No final de semana, em Vitória, nós vamos reunir os Comitês de Memória, Verdade e Justiça, que estão trabalhando permanentemente nessa questão de



memória, verdade e justiça. Estamos também com os comitês estaduais, os Grupos Tortura Nunca Mais e também com a Comissão Nacional da Verdade, que está no final do mandato. Ou seja, há um conjunto de militantes na área de direitos humanos e na área da memória que trabalham incessantemente, diariamente, em busca da memória, da verdade e da justiça.

Hoje, esta audiência é específica. Ela está focada na busca de Daniel de Carvalho, de Joel de Carvalho, do Enrique Ruggia, do Onofre Pinto, do José Lavecchia, do Victor Ramos. Esta audiência visa buscar esses companheiros desaparecidos. Nós também estamos buscando esses.

Chegamos a Brasília. Ainda bem que chegamos a Brasília, porque antes Brasília ia até nós. A Rosa foi até Foz do Iguaçu, fizemos audiência pública, que foi boa e esclareceu uma séria de questões. De lá para cá, tivemos poucos avanços.

Então, eu vou contar para vocês — acho que a maioria aqui conhece — como a gente entrou nessa.

Presidente, 20 minutos é pouco, muito pouco, mas eu vou resumir.

Eu fui preso em 1969, passei pelo centro de tortura do batalhão de fronteiras da Marinha, do DOPS de Curitiba, da Polícia do Exército, da Ilha das Flores e da Ilha das Cobras. Por último, saí da Ilha Grande. Eu e mais 69 companheiros fomos trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil, a liberdade dele e a vida dele pela nossa vida, porque nós estávamos naqueles locais da ditadura, onde se praticavam as violações mais atroztes aos direitos humanos.

De lá para cá, fiquei um tempão por aí clandestinamente — mais tempo clandestinamente do que no exílio, que eu não conheci. Fiquei exilado pouco tempo, mas 6 anos clandestino, com muita dificuldade nessa minha clandestinidade. Durante a minha clandestinidade, eu fui convidado para entrar num esquema de retorno de guerrilha no Brasil, quando nós já havíamos desativado todas as organizações. A ALN já havia sido desativada, o MR-8 já havia sido desativado, a VPR foi desativada em 1972, houve uma desmobilização da luta armada. Por quê? Porque nós chegamos à conclusão de que a Oposição parlamentar se fortaleceu de tal forma que qualquer ação armada nossa naquele momento iria fortalecer a máquina repressiva. Então, decidimos desmobilizar. *“Vamos desmobilizar e vamos cada um cuidar da sua vida. Ou milita ou não milita.”* Allende caiu, o Chile caiu. E eu



fiquei, então, no limbo. O que é o limbo? Não podia entrar no Brasil, porque seria assassinado. Não podia voltar para o Chile, porque o Governo da Unidade Popular foi derrubado por um golpe militar. Não podia ir para a Europa, porque eu estava numa situação muito difícil, na fronteira, e não tinha condições de sair. Fiquei, então, por ali.

Nesse ficar por ali, fui convidado para voltar ao Brasil para uma incursão, uma coisa de guerrilha, alguma coisa assim, quando a gente já não queria mais isso. Mas eu não aceitei essa proposta e fiquei na minha. Quando houve a anistia, a gente sentiu falta de seis pessoas — seis! Estava todo mundo voltando, quem não voltou é porque morreu. Quem não morreu é porque ficou pela Europa, ou então por Cuba, sei lá. Mas seis não apareceram. Então, foram para a lista dos desaparecidos políticos. Eram seis pessoas que retornaram ao Brasil por essa região que o Prof. Antonio disse, a região sudoeste do Paraná.

Então, depois de anos de trabalho e de pesquisa, nós descobrimos que houve uma operação do Centro de Informações do Exército, comandada pelo Coronel José Brandt Teixeira e pelo Coronel Paulo Malhões. Em cima da linha de comando, os dois coronéis do Exército: José Brandt Teixeira e Paulo Malhões. Abaixo deles, na mesma linha de comando, o Capitão Areski de Assis Pinto, o Tenente João Neusar Machado, o Sargento Aniceto Carvalho Laicato e o Otávio Rainolfo da Silva.

O Laicato e o Rainolfo eram os executores. Esses eram os executores, os que matavam. Isso é trabalho de anos de investigação nos arquivos da ditadura, graças inclusive a essa Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos que conseguiu isso, na época, com o nosso acesso aos arquivos da Polícia Federal, uma das pontas, porque era muito difícil descobrir o grupo de executores. Hoje talvez seja mais fácil. Naquela época era muito difícil.

Descobrimos um nome, que é esse nome aqui: Otávio Rainolfo da Silva. Foi muito difícil chegar até esse Otávio Rainolfo da Silva. Para mim, muito mais difícil, porque até hoje eu não falo com ele, mas foi preciso falar através de outras pessoas. E através de outras pessoas ele deu os seus depoimentos. Ele deu os seus depoimentos, Deputado Assis, para várias pessoas, inclusive para a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. Um companheiro nosso, um amigo nosso bastante ponderado — eu falo sempre que é o Pedro Pontual — gravou, degravou, soube



levar e trouxe alguma coisa nova e oficial em termos da localização da chacina no Parque Nacional do Iguazu.

Primeiro, começamos a fazer expedições. Fizemos a primeira expedição. A primeira expedição que nós fizemos foi no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministro de Direitos Humanos era o Paulo Vannuchi. Fizemos uma expedição com o Nilmário que não valeu.

Está ali a localização. Mais para cima, nós fizemos a primeira expedição da Estrada do Colono. A Estrada do Colono é aquela que está ali embaixo, não sei se dá para ver. Fizemos a primeira expedição.

Na primeira expedição, fomos para um lugar errado. Por que errado? Porque a testemunha indicou o Km 6 da Estrada do Colono, e nós começamos a contar o marco zero da Estrada do Colono, saindo do sul para o norte, mas é o contrário, seria do norte para o sul, o que nós descobrimos depois de várias idas da testemunha ao local.

Então, nós fizemos a segunda expedição já no mandato do nosso amigo e companheiro Paulo Vannuchi. Avançamos bastante nessa expedição. Erramos o local. A própria testemunha foi lá e disse: *“Não, vocês estão fazendo pesquisa de solo e fazendo escavação no lugar errado. É mais para cima”*. Aí subimos. Fizemos a escavação no local mais acima.

O que a testemunha falava? A testemunha falava que eles saíram daqui numa Rural Willys e passaram por Capanema, atravessaram o Rio Iguazu e subiram. Quando chegaram a essa área aqui, nesse trecho, houve a chacina. E ele fala que saíram da estrada, e a Rural entrou num caminho que, na época, era usado para entrada de carro, 50 metros para dentro da mata. Mata fechada, mas tinha um caminho. Desceram aqui. Os cinco desceram aqui: Daniel, Joel, Victor, Enrique e José Lavechia. Os cinco desceram junto com duas outras pessoas, tidas como membros da VPR, mas eram agentes do Centro de Informações do Exército infiltrados ou plantados — o mais certo seria plantados — pelo CIEE para montar essa armadilha. Entraram aqui e caminharam dentro da mata. E aqui houve a chacina. Os cinco morreram neste local.



E o *testigo* vai mais a fundo quando diz que o José Lavecchia resistiu, porque era o único que estava armado, que ele pediu uma arma para entrar no mato. E o tiro atingiu um tronco de madeira.

O seu irmão, segundo o *testigo*, foi o último a morrer. Segundo o *testigo*, ele não quis ir, demorou para ir. Foi preciso dar mais oito tiros, não sei quantos tiros no Enrique, para ele morrer ali. E o *testigo* disse ainda que ele não viu para onde o levaram. Mas ele disse que foi por ali, dentro da mata. Depois, mais para frente, ele deu outros depoimentos, inclusive para a Dra. Rosa, mas ele não dá os detalhes.

Nós estamos fazendo escavação nessa área. Foram duas expedições, e a terceira expedição está sendo feita nesta área aqui. A última expedição que nós fizemos foi em novembro de 2010. Já faz 4 anos. Foi no último ano do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois que assumiu a Presidenta Dilma Rousseff, não foi feito nenhum trabalho de pesquisa de escavação nessa área. Por mais que a gente pedisse, colocasse, fosse lá falar com a Deputada Maria do Rosário, sempre com dificuldade, não foi feito nenhum trabalho de expedição para dar continuidade à escavação na área. E a gente falando: *“O mato vai fechar novamente, é hora de continuar, vamos dar continuidade”*. Porque foram delimitados 2.500 metros quadrados numa área de 2.500 metros quadrados. Foi feito pesquisa em um terço da área. O trabalho de pesquisa foi feito em apenas 800 metros quadrados. Foi usado radar de profundidade de solo, aquele GPR; foi feito trabalho com geofísico da Universidade Federal da Bahia, com geofísico da Universidade Federal de São Paulo; foi feito trabalho de pesquisa de solo. Depois de feito o trabalho, é feito um estudo da pesquisa no computador. A pesquisa indica os locais de anomalia no subsolo e ali são feitas as escavações.

Como são feitas essas escavações? Para começar, para entrar na área tem que ser de helicóptero, não há outra forma. Há outra forma? De helicóptero. O helicóptero sai às 10 horas da manhã, por causa da neblina. Quando sai é 9h30min, 10 horas. Tem que fazer a primeira viagem, levando não sei quem. Na segunda viagem, leva outro grupo. Faz três viagens. Quando termina a última viagem já deu 11 horas, 11h30min.



Aí o trabalho de pesquisa de solo: tem que chegar, trabalhar, fincar as plaquinhas, as bandeirinhas, passar os fios de linha, para então passar o aparelho de radar. Quando chega às 3 horas da tarde, já se tem o resultado do radar. No dia seguinte tem que fazer escavação. Ou seja, tem-se 1 dia de trabalho de 3 horas, 4 horas. Em 2 dias de trabalho o resultado é pequeno. Por quê? Porque tem que chegar cedo e sair cedo, por causa da neblina, aquela coisa toda.

Nós temos visto que se deve fazer um acampamento, e é isso que vamos pleitear, por seu intermédio, à Secretária Nacional de Direitos Humanos, que tem recurso e dotação para fazer isso. Mais uma vez vamos propor e vamos levar até vocês um planejamento. Ou se faz um acampamento no local, permanente, para ficar lá 1 semana, 15 dias até, para fazer o trabalho de pesquisa de solo de toda a área indicada pela testemunha ou se abre uma trilha para a gente ir a pé, para quem puder ir a pé, até o local, para facilitar o acesso ao local. São 6 quilômetros dentro da mata.

Essa é a nossa proposta. Só quem conhece aquilo ali é que pode ter uma opinião correta sobre esse caso. Só quem conhece aquela mata é que sabe a dificuldade que é entrar para fazer essa pesquisa de solo. Se o objetivo é determinar e definir que aquilo ali é um sítio de memória, está bom, vai ser um sítio de memória, para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça. Sítio de memória, o Km 6 do caminho do Colono. Está bom, mas tem que ter visibilidade. Vai-se fazer sítio de memória para ninguém ver?

Ali está o trabalho de pesquisa de solo, para vocês verem como é feito. Então, é preciso que se abra...

São as imagens. As imagens vão passando, é pesquisa de solo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALUÍZIO FERREIRA PALMAR - Em 2010 foi o último trabalho com escavação feito na área. Estamos vendo ali.

Então, a nossa proposta nesta audiência pública é que se retome, este ano ainda, o trabalho de pesquisa de solo, que se termine o trabalho de pesquisa de solo, porque é uma área de 2.500 metros quadrados, depois amplia a área por mais 20 metros de cada lado e vai ampliando.



A testemunha diz o seguinte: *“Eles foram assassinados aqui, foram executados aqui, foram arrastados para lá”. “Muito tempo?” “Não, pouco tempo.”* Então, se não foi tanto tempo, eles foram enterrados (*ininteligível*) ali naquela área de 50 metros para o norte ou 50 metros para o leste, ou 50 metros para o sul, que também pode ser. Então, não é tanto trabalho.

São 5 nomes: Daniel, Joel, Enrique, Lavecchia e Vítor Ramos. Para buscá-los não dá tanto trabalho; o mais difícil será buscar o Onofre — não é, Juliana? O mais difícil vai ser buscar o Onofre. Eu acredito que nós, ainda este mês de junho, vamos ter novidades. Temos um grupo de estudos que já localizou a causa da morte, em Foz do Iguaçu, e brevemente vamos dizer: foi assim. Vai ser mais um sítio de memória. E brevemente vamos também dizer: foi aqui que o Onofre foi executado.

Vamos avançar nessa pesquisa do Onofre.

Então, eu queria dizer que, independente de tudo que está sendo feito, também vários grupos pelo País afora fazem um balanço da continuidade da busca aos desaparecidos políticos, porque há a participação da sociedade civil nessa busca, o que é mais importante, porque são os afetados, são aqueles que estão mais próximos da situação. Está aqui a Lilian Ruggia, que está sempre presente, sempre cobrando. Ela está buscando o irmão dela; ela quer estar no local, quer ver como foi, quer conhecer melhor, porque tem uma história, que é a história da família. São 3 irmãos, e 1 desapareceu no Brasil.

Então — não sei se a Lilian vai falar na vez dela, que é logo em seguida — eu já apresento que caberia a esta Comissão entrar em contato com o Governo argentino, para que o Governo argentino também entre nessa pressão, porque, afinal de contas, é um cidadão argentino que desapareceu aqui no Brasil. Então, cabe ao Governo argentino também entrar nesses convênios que estão sendo feitos, para que haja um interesse maior na busca do Enrique, porque são 4 anos, e praticamente não foi feito nada. A não ser aquela audiência pública, onde foi feito aquele trabalho de ouvir as pessoas. Mas, em termos de busca no local, de escavações no local, não foi dado nenhum passo. E isso aí atrasa tudo.

Nós estamos velhos, com 71 anos, tirando o pé do acelerador. Eu sou um que talvez não volte mais para esse tipo de atuação. Não é desencanto, não é nada



disso; é questão de saúde mesmo. Estamos deixando que outros toquem esse barco.

Só quero dizer o seguinte, por último: só peço que não se esqueçam, para que o esquecimento não vença a memória e a verdade.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Aluizio.

Vou chamar aqui à Mesa a Deputada Luiza Erundina, que também tem uma história e uma caminhada nesta área, uma dedicação e uma vida toda também nessas buscas, para presidir. Ela é Presidente da Subcomissão que está tratando desses assuntos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Então, fique à vontade, Deputada Luiza Erundina, para presidir. A próxima que a senhora vai apresentar aqui é a nossa irmã Lilian Ruggia, que vai falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Boa tarde à Mesa e aos presentes.

Passo, imediatamente, a palavra à Sra. Lilian Clotilde Ruggia, para sua fala, dentro de 15 a 20 minutos.

A SRA. LILIAN CLOTILDE RUGGIA - *(Exposição em espanhol.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Nós queremos agradecer profundamente a sua presença aqui, o seu testemunho, a força que a senhora transmite, nesta luta em busca dos desaparecidos políticos da Argentina, do Brasil e dos demais países que estiveram inclusive submetidos à fúria da Operação Condor. A sua dor é a dor de todos nós.

Acompanho aqui no Brasil familiares de desaparecidos, como a D. Elzita, senhora que completou 100 anos no ano passado e que se tornou militante na busca pelo seu filho, então com 24 anos, estudante de Direito, desaparecido no Rio de Janeiro em uma tarde e de quem nunca mais teve notícia.

Ela tem dedicado quase toda a sua vida à busca desse filho. O que a mantém viva é a esperança de, quem sabe, um dia descobrir onde está o corpo de seu filho, para fazer exatamente aquilo que a senhora diz que gostaria de fazer, para ter pelo menos a certeza do que aconteceu com ele e acabar com essa espera sem fim, que certamente é uma grande tortura para os familiares.



A Sra. Elzita mora na mesma casa e tem um número de telefone que ela não permite trocar. Cada vez que o telefone chama, o seu coraçãozinho bate, na esperança de que, quem sabe, seja uma notícia do Fernando Santa Cruz.

A gente tem a justa ideia daquilo por que a senhora passa, daquilo por que os familiares passam. Portanto, a sua dor, a sua luta são também a nossa dor, a nossa luta, e, juntos, nós vamos às últimas consequências, para trazer de volta pelo menos os cadáveres daqueles que deram sua vida para que hoje a gente pudesse estar aqui com certa liberdade, falando dessas coisas.

Queremos agradecer-lhe profundamente, reiterando o compromisso com essa busca, no sentido de nos empenharmos, como membros da Comissão, Presidente Assis, para irmos à área do Governo, que tem poder sobre isso, para que a proposta do Aluizio se concretize — há aqui um representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. A proposta seria para que se construa logo, o mais rápido possível, aquele acampamento na área, para que se deem todas as condições para que se tenha a possibilidade de se chegar a um resultado nessa busca.

Então, eu queria aqui, pessoalmente, colocar inclusive o nosso mandato. Eu sei o quanto esta Comissão — nosso Presidente e os demais membros — é comprometida com essa causa. Estamos todos nesta Comissão exatamente porque temos este compromisso, este apelo, até como sentido para a nossa vida, de chegar à verdade toda sobre esses fatos e fazer justiça. Não vamos nos satisfazer apenas em descobrir os responsáveis por esses crimes. Nós exigimos justiça!

Para terminar minha participação nesta Mesa, porque vou devolver os trabalhos ao Presidente Assis do Couto, quero transmitir uma mensagem que o Presidente recebeu de um internauta da cidade de Planalto, no Paraná, informando que, nessa cidade, neste momento, nos acompanha um grupo de professores e estudantes do Colégio João Zacco. E o Presidente Assis tem essa audiência pela Internet.

Vejam que, às vezes, num momento desses, a gente tem consciência dos limites do que é possível fazer, mas a repercussão de um testemunho como esse seu e das falas que se fizeram aqui, e que vão continuar a ser feitas, vai conseguir impedir, como diz o poeta, que essa história se torne uma mancha desbotada na memória das novas gerações.



Não permitamos que essa história se transforme numa mancha desbotada na memória das novas gerações, porque ela não termina, mesmo com o resultado dessa busca. Temos de evitar que, em outros momentos da nossa história, seja no Brasil, seja na Argentina, seja em qualquer parte do mundo, se cometam crimes de lesa-humanidade, de grave violação dos direitos humanos, crimes que até hoje estamos aqui a tratar, buscando soluções definitivas para que eles crimes não fiquem impunes.

Obrigada, Lilian. Oferecemos toda a nossa solidariedade, todo o nosso compromisso e empenho, junto com a senhora, com todos estes que estão aqui e com muitos outros que virão, para que concluamos e cheguemos aos resultados que nós buscamos a vida toda.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Deputada Erundina, se me permite, quero dizer que, a menos que V.Exa. tenha outro compromisso, eu prefiro que V.Exa. presida esta Mesa, porque, assim, a Mesa permanecerá paritária, com 4 homens e 4 mulheres. A Diretoria da nossa Mesa é composta também por 2 mulheres e 2 homens. Portanto, a Mesa está muito bem representada, e muito mais com V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Sr. Presidente, eu agradeço a deferência de V.Exa. É uma grande honra estar nesta Mesa, mas eu já havia dito para o Márcio, o nosso secretário, que, como coordenadora da Subcomissão Memória, Verdade e Justiça, eu tenho necessidade de acompanhar, fazendo anotações e obtendo todas as informações que essas pessoas estão trazendo aqui. Se V.Exa. retomar a Presidência, vai me ajudar depois no meu trabalho naquela Subcomissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Tenho por princípio também, Deputada Erundina, obedecer aos mais velhos. Então eu vou reassumir a Presidência.

Com a palavra a Sra. Juliana Dal Piva, jornalista que certamente trará aqui muitas informações importantes para esta audiência pública.

A SRA. JULIANA SCHWARTZ DAL PIVA - Obrigada, Deputado, pelo convite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Eu só queria pedir ao pessoal do áudio que aumentem um pouco o som, porque senão prejudica a transmissão pela Internet. Também há muitos aqui que talvez tenham dificuldade de escutar. Quero fazer só esta observação ao pessoal do som.

A SRA. JULIANA SCHWARTZ DAL PIVA - É muito difícil falar depois desse relato. Mas espero trazer algumas respostas. Não sei se todas as que você gostaria, mas eu acho que, em março deste ano, eu consegui dar alguns passos importantes em relação a esse caso e a alguns outros casos de desaparecidos e mortos durante o regime militar.

No dia 19 de março deste ano, eu estive com o Coronel Paulo Malhões, pessoalmente, pela segunda vez, numa longa entrevista de quase 6 horas na casa dele, na mesma casa onde ele faleceu há mais ou menos 1 mês. Conversamos sobre vários assuntos, entre eles, a Operação Juriti.

Confesso que, quando cheguei lá, essa era a minha principal pauta. Imaginava, pelo depoimento do Marival Chaves, pelas informações também do livro do Aluizio, que ele tivesse envolvimento. Ele, em outras conversas, já tinha deixado claro que ele tinha operado no sul, em Porto Alegre, inclusive no combate àquele foco de guerrilha em Três Passos. Então, por várias informações, havia uma suspeita de que ele tivesse realmente participado da Operação Juriti também. E a gente começou a conversar sobre o principal assunto de que ele gostava de falar, quando entramos mais especificamente nessa questão de Foz do Iguaçu. Ele se orgulhava muito da sua atuação como agente secreto do Centro de Informações do Exército, que era um núcleo ligado diretamente ao gabinete do Ministro do Exército — ou seja, acima dos DOI-CODI. Ele se orgulhava muito de um trabalho com infiltrados. Ele dizia que essa era a grande especialidade dele. Ele se orgulhava muito de ter muitos infiltrados por todo o País.

Ele começou o relato falando do Alberi. Eu o provoquei, para ter a confirmação de que o Alberi tinha sido realmente infiltrado dele, e ele confirmou que tinha sido, mas que não tinha sido ele quem o transformou em infiltrado; tinha sido algum outro colega. Ele não quis dizer exatamente quem era, mas disse que, naquela operação, ele foi cedido como agente, informante da vinda do Onofre, que era o principal foco deles.



O Coronel diz que não tinha conhecimento de nenhum argentino antes da chegada. Ele não sabia que o seu irmão, por exemplo, viria no grupo. O foco deles era a captura do Onofre Pinto.

Ele falou que foi montada uma operação, que não foi muito longa. Cerca de 2 meses antes, eles chegaram à Foz — ele e mais 2 oficiais que ele não quis nomear. Parece que o Alberi, que já estava trabalhando. E 2 agentes também trabalharam com ele na casa da morte. Um de codinome Camarão, que ainda não foi possível identificar quem é. Eu já estou pesquisando há uns 3 anos quem é esse Camarão, mas ainda não cheguei lá. E um outro com codinome Laicato. Por uma extensa pesquisa, tudo leva a crer que Laicato seja o Sargento Rubens Gomes Carneiro, que também atuou na casa da morte junto com ele, em 1971, ou pouco depois ou antes.

Lá estavam então esses 5 agentes. De acordo com palavras do Cel. Paulo Malhães sobre o Alberi, ele contou que ficou muito chateado com a morte do Alberi. Ele disse que nunca tinha perdido um infiltrado. Porque o Alberi acabou morrendo alguns anos depois, se não me engano em 1977. Ele disse que ficou muito abatido. Ele se referiu ao Alberi como *“não era burro, estúpido ou tonto, mas era meio afoito, ousado”*. Ele comentou que suspeita que foi alguém do Batalhão de Foz que acabou matando o Alberi. E disse que, diferentemente do que o Aluizio estava contando, o colega dele de diversas outras operações, o Coronel José Teixeira Brandt, não estava nessa operação. Eu o questionei sobre isso porque também suspeitava da participação do Coronel Brandt. Mas ele disse que ele foi o chefe da operação, e o Brandt não estava nessa operação.

O único problema do relato dele é que ele responde a algumas perguntas, mas não responde exatamente tudo. E ele não precisa exatamente os locais. Ele não foi preciso na questão da estrada ou onde exatamente. Mas o relato do que mais ou menos aconteceu é que a operação foi montada cerca de 2 meses antes de julho de 1974. Foi montada uma casa em Foz do Iguaçu, em um bairro distante, em um local ermo, e lá eles ficaram planejando e tentando convencer o grupo que estava na Argentina a cruzar a fronteira. Nesse aspecto, eu também acho relevante que a gente considere que essa talvez não tenha sido uma ação da Operação Condor, porque ele diz que não havia autorização do Exército Brasileiro para atuar na Argentina, em relação à captura do Onofre e de quem estivesse com ele. Ele



disse que foi necessário convencer o grupo a cruzar a fronteira e ir a um local onde haveria um suposto campo de guerrilha, para daí então poder executá-los. Eu perguntei se não poderia ter sido feito lá onde estavam, e ele falou que não. Tanto que houve um trabalho cuidadoso para se ganhar a confiança do Onofre. Ele disse que ele mesmo foi até o Onofre e se apresentou como Carioquinha, que seria o codinome do Paulo Malhões nessa operação em si. E falou do campo. O Onofre ficou um pouco desconfiado, chegou a mandar alguém, se não me engano o Lavecchia, no dia seguinte a esse encontro, para cruzar a fronteira, ir ao suposto campo de guerrilha com o Malhões e voltar até o ponto em que eles estavam na Argentina, para certificar o Onofre de que havia, sim, um campo e de que eles não estavam caindo em nenhum tipo de armadilha. Então, em um dia eles se encontraram. No outro dia, Lavecchia — imagino que tenha sido ele — foi ao campo, verificou, voltou. No fim da tarde do dia seguinte, no começo da noite, o grupo todo cruzou a fronteira e foi pego pelos militares brasileiros.

A única referência de local que ele deu foi um ponto na cidade de Santo Antônio do Sudoeste — um pouco abaixo do lugar que você estava mostrando. Essa foi a única referência de local. Eu cheguei a perguntar a ele: “*Onde foi exatamente no parque?*” Ele disse: “*Ah, era mato. Não lembro*”. Algumas coisas ele não lembrava, e outras coisas ele não queria dizer. Ele não quis precisar o local, mas contou que o grupo chegou... Eles não tinham conhecimento sobre todo o grupo nem sobre ninguém muito além do Onofre e do Lavecchia. O grupo chegou de carro. Caminharam um pouco por uma trilha. Foi montada uma ferradura — é linguagem militar, policial, de militares brasileiros — para poder cercá-los. Eles ficaram dentro dessa ferradura. Quando estavam ali dentro todos os guerrilheiros, o grupo brasileiro e o seu irmão, acenderam-se luzes, alguns faróis. Diz ele que foi dada voz de prisão. O Lavecchia teria reagido, dado um tiro, e foi sumariamente executado. Teria sido o primeiro a ser executado. Depois, os outros. O Onofre foi o único a ser poupado nesse momento. Os outros foram executados, e os corpos, segundo o Coronel Malhões, foram jogados em rios da região.

O Onofre foi levado a uma casa, a essa casa onde eles estavam preparando em Foz do Iguaçu. Quero deixar isto bem claro, para que não haja nenhum problema: segundo o coronel, o Onofre ficou preso durante 4 semanas, cerca de 1



mês, foi constantemente interrogado e, imagino, torturado também; recebeu a proposta de se tornar também um infiltrado. Segundo o Malhães, ele teria conseguido convencê-lo disso ao final desses dias. Só que alguém superior ao Malhães, algum chefe do Malhães dentro do Centro de Informações do Exército, não permitiu que o Onofre se tornasse um infiltrado. Não queria dar, segundo o Malhães, um infiltrado do poder do Onofre ao Malhães. Seria poder demais para o Malhães.

De acordo com as palavras do coronel, foi uma ordem direta: *“Fecha tudo, acaba com tudo e volta para o Rio”*. Essa foi a ordem que ele recebeu, para executar o Onofre também. O Onofre também acabou assassinado, e o corpo — questionei igualmente muito isso — foi atirado em um rio na região de Foz. Cheguei a tentar a perguntar se o local ficava próximo à Ponte da Amizade, porque ele disse que foi de cima de uma ponte. A única coisa que ele disse foi que existiam pontes mais discretas que a Ponte da Amizade naquela região para se fazer isso. Ele já tinha se referido às vítimas da Casa da Morte de Petrópolis, usava também esse mesmo *modus operandi*, vamos dizer assim.

Ele falava do Onofre até com respeito. Não denegria a imagem dele. Não fez nenhuma consideração específica sobre o seu irmão. Disse que o Lavecchia, se não tivesse reagido, talvez tivesse sido poupado e também teria sido convidado, pressionado para se tornar um agente infiltrado, segundo ele.

De modo geral, sobre a operação, acho que o relato dele, assumindo a chefia dessa operação, é muito importante, porque avança no sentido de suspeitas que havia em relação ao fato de que teria sido ele. Ele assumiu que foi ele, ele confirmou em parte isso depois, em depoimento na Comissão Nacional, 5 dias após a publicação da entrevista. Mas ficaram algumas dúvidas a respeito dessa questão dos locais e de quem eram os outros agentes que estavam lá com ele. No que se refere à questão dos corpos, ele sempre foi muito direto, e em Petrópolis também. Malhães dizia que não tinha deixado corpos — infelizmente. Malhães dizia que não havia exatamente o que buscar.

Acho que isso tem que ser investigado e que se tem de fazer uma força-tarefa nesse sentido, mas acho também que precisamos contar com a possibilidade de que eles tenham ocultado os cadáveres de maneira definitiva.



Foi uma entrevista extensa, mas não foi somente sobre esse caso. Conversamos um pouco sobre o caso do Rubens Paiva também. Saíram as duas matérias no dia 20, juntamente, tanto a do caso Rubens Paiva quanto a da operação em Foz do Iguaçu.

Tínhamos marcado uma segunda conversa, que acabou não acontecendo — aliás, uma terceira conversa, pois nessa ocasião já tinha acontecido a segunda —, para terça-feira, quando ele acabou indo depor na Comissão. Como a mídia estava em cima dele, muitos colegas da imprensa estavam querendo entrevistá-lo também, eu decidi esperar um pouco. Fiquei à espera de que diminuísse aquela procura intensa sobre ele, e até porque ele recuou a respeito de algumas coisas que ele tinha falado. Infelizmente, eu não consegui fazer outra entrevista. No dia 25 de abril, a morte dele nos pegou totalmente de surpresa.

Mas eu acho que o relato dele foi muito importante para se avançar na investigação do caso, desde o livro do Aluízio. Ele confirma muitas das informações do Marival e avança nesse sentido. Eu acho que, desde o livro do Aluízio, não tínhamos avanço desse tamanho relativamente a essa operação.

Termino por aqui e deixo aberta a possibilidade de apresentação de perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Muito obrigado, Juliana.

Com a palavra a Sra. Rosa Cardoso, representante da Comissão Nacional da Verdade, também por um tempo de 15 minutos, prorrogável por mais 5, se necessário.

A SRA. ROSA CARDOSO - Querida Lilian, única familiar que está sentada conosco à mesa; caríssimo Presidente, na pessoa de quem saúdo todos os componentes desta Mesa; cara Deputada Luiza Erundina; caros participantes, eu entendo que, neste momento, devo fazer um relato, apresentar certa prestação de contas sobre as atividades da Comissão da Verdade com relação a esse caso específico.

Eu vou chamar — dentro do meu tempo, que eu não quero ultrapassar —, um companheiro, Ivan Seixas, que está aqui conosco e faz parte, hoje, do nosso colegiado ampliado. É um dos sobreviventes de nossa ditadura. Tem participado das operações de campo, das excursões que foram feitas pela Comissão da Verdade e



vai poder, com mais autenticidade, falar sobre alguns aspectos do desempenho da Comissão da Verdade em relação a essas questões.

Eu lhe peço até que já se aproxime, porque eu não quero me deter muito em algumas pequenas questões que eu gostaria de pontuar — expressão que se usa muito atualmente.

Devo dizer que todos esses casos de desaparecidos ou massacre que envolve vários desaparecidos ou mortos são casos que nos sensibilizam, que nos emocionam e nos mobilizam, especialmente como componentes da Comissão da Verdade. Mas nós atuamos num contexto mais amplo, até porque não somos somente uma instituição. Somos uma instituição que não tem uma história que se projete para frente, pois é uma instituição datada, em tempo de 2 anos e meio. Não temos rotinas, nós nos organizamos muito rapidamente para atuar, temos uma dimensão de movimento, de campanha, como as Diretas Já. Efetivamente conseguimos, a despeito de nós próprios, de nossas falências e de nossas deficiências, ajudar a constituir o movimento pela verdade. Tem acontecido, hoje, no Brasil, uma campanha pela verdade, em que até a Rede Globo entra, de forma visível. Tem dado uma cobertura bastante significativa a esses fatos.

Dentro desse contexto, é necessário mostrar a quantidade de fatos ocorridos, porque nós só podemos chegar à Justiça provando que houve crimes de lesa-humanidade. Para se comprovar que houve crimes de lesa-humanidade, é preciso que tenha havido perseguição sistemática de natureza política ou étnica — no nosso caso, foi de natureza política. É importante que se caracterize que aconteceu perseguição sistemática, não foi um caso isolado.

Nós temos que tratar, portanto, não só desses desaparecimentos, dos quatrocentos e tantos que estão nominados, que já vinham sendo trabalhados pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, mas também das centenas de casos de outros mortos, porque 1964 começou com muitas mortes, muita violência, muita brutalidade. Nós temos que esclarecer que não houve uma “ditabranda”, mas que houve muitas mortes de trabalhadores na cidade e no campo.

Nesse caso específico, nós acreditamos que tivemos um resultado significativo. Nós atuamos continuamente, sobretudo a partir de 2013, fazendo vários eventos. Nós acreditamos que a autoria desse caso já está esclarecida. É um



caso que pode ser levado à Justiça. O que não temos, e é muito importante para se continuar essa luta, independentemente do término do nosso mandato, é a questão dos restos mortais, que nós temos que encontrar e resgatar.

Para que eu finalize a minha fala e entregue o microfone ao Ivan, eu queria dizer, a respeito dessas questões apresentadas aqui e relacionadas com o depoimento do Coronel Malhães, que eu própria pude tomar uma entrevista, eu e José Carlos Dias, num evento, numa audiência sobre a Casa da Morte. A mídia assistiu a isso. Não foi uma entrevista de mais de 10 horas, como no caso da Juliana e até de outro jornalista também. A Juliana fez isso reiteradamente, repetidamente. Mas nós já vínhamos acompanhando essas entrevistas, de modo que já chegamos a ele com algumas informações sobre a personalidade dele.

Eu chamo a atenção para o seguinte. Do meu ponto de vista, com minha sensibilidade, eu acho que esse Coronel Malhães queria ser uma espécie de Assaureses no Brasil. Ele queria ser aquele homem que se apresenta como um herói da guerra fria tropical, como um herói daqueles tempos difíceis da ditadura, mostrando o papel significativo que ele teve e chamando para si a autoria de tudo o que realmente podia, mas sem acusar os outros, pelo contrário, procurando defendê-los um pouco. Em certas circunstâncias, ele mascara a questão da autoria de outros, exatamente para poder se conceder o direito de dar todas aquelas entrevistas que ele estava dando. Então, ele lança uma cortina de fumaça a respeito de um conjunto de fatos, ele cria uma confusão para dizer algumas coisas.

Isso não significa que tudo o que ele tenha dito não seja importante. Mas nós temos que aprender a fazer leituras, ouvir, ouvir e ouvir, comparar depoimentos com depoimentos. Pode ser que ele quisesse até interromper uma ação nossa, no futuro, de busca de corpos e de tudo isso. Ele poderia acreditar que, em algum momento, com sua ação, faria cessar esse trabalho pela verdade.

Nós temos, portanto, que observar muito, pensar muito nas questões que o Malhães apresentou. Hoje, elas estão na mídia. Vocês vão encontrar esses depoimentos no *site* da Comissão da Verdade, em outros locais, podem visitar os depoimentos e o conjunto de entrevistas, inclusive a que a Juliana Dal Piva colheu, que estão no jornal *O Dia* e são muito explicativas, muito esclarecedoras.



Ivan, para que fiquemos dentro do prazo que me foi concedido, você tem 10 minutos para fazer a apresentação dos episódios, dos fatos que nós...

O SR. RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL - Se me permite, Rosa, pediria que o Ivan, seguindo uma ordem cronológica, fale também em nome da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, conte como foram as expedições de 2010. Ele pode usar parte do meu tempo também para isso. Tudo bem, Sr. Presidente?

A SRA. ROSA CARDOSO - Só que, aqui, a questão é de esclarecimento.

O SR. IVAN SEIXAS - Ao se falar sobre a apuração desse massacre, é muito importante dizer que o caso de Foz do Iguaçu talvez seja, depois do de Araguaia, o episódio em relação ao qual mais houve empenho para se fazer a apuração. Todos os outros são casos individuais, houve a apuração, mas esse foi o mais exaustivo. Está sendo feita há vários anos, há décadas.

Justiça tem sempre que ser feita. O Aluízio Palmar lança o livro, com algumas imprecisões, obviamente, em que ele tinha que incorrer, e há o início dessas buscas.

O Ministro Nilmário Miranda fez buscas — Iara Xavier, que está aqui, acompanhou isso muito bem. Ele fez buscas não em Foz do Iguaçu, mas em outro local, chamado Nova Aurora. Havia uma pista de pouso lá. O local do massacre e também do enterro dos corpos seria próximo à cabeceira dessa pista. Foi feita uma exaustiva busca, com radares de solo, escavações, mas ela se mostrou infrutífera.

Depois surge uma nova indicação, já no Parque do Iguaçu. A descrição era a seguinte: a estrada, chamada Estrada do Colono, tinha uma reta, uma curva, uma pequena reta, outra curva e, depois, uma grande reta. Numa dessas curvas teria acontecido o massacre. O Ministro Nilmário Miranda fez ali uma busca também, foi para lá de helicóptero, entrou no mato com uma equipe de pesquisadores, inclusive com a equipe de antropologia forense da Argentina, que já tinha ido a Nova Aurora. Fizeram as buscas para tentar estabelecer a localização.

Depois, uma nova investida foi feita, e foi descoberto que o local seria na segunda curva. Um é na curva do quilômetro 6, e o outro, na curva do quilômetro 8, a chamada Curva do 8. Quando eu entrei, contratado pelo PNUD para assessorar a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, do Governo Federal, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, eu fiz, entre outras coisas, as



buscas, que o Aluizio inclusive acompanhou. O que ele citou de 2010 foram essas buscas.

Nós fizemos pelo menos cinco expedições lá. Em três, houve o acompanhamento constante do Ministério Público Federal. As outras foram de prospecção. Não foi feita nenhuma escavação em que não houvesse a presença do Ministério Público Federal, por motivos óbvios. A legalidade tinha que ser acompanhada pelo Ministério Público Federal, com a presença de policiais, policiais federais e policiais civis peritos.

Fizemos lá essas três buscas. Não duravam 1 dia. Cada busca dessa demorava 10, 12 dias, em que fazíamos a passagem do radar de solo. Peritos da Universidade Federal da Bahia iam para lá e ficavam conosco fazendo a passagem do radar de solo, chamado GPR. Esse local foi todo mapeado, foi todo conferido e escavado. Depois da segunda expedição, eu consegui que a testemunha fosse lá, dentro do mato, para descrever o local em que tinha acontecido a chacina.

Eu suspendi as buscas. Eu e Pedro Pontual fomos lá para dentro, junto com a testemunha e mais uma outra pessoa, sempre de helicóptero. Não dá para entrar lá de outra forma, a não ser de helicóptero. Descemos na clareira, entramos no mato, e eu mostrei o que nós estávamos fazendo. Ele falou: *“Mas não é aqui, está errado. Essa informação está errada. É lá em cima, onde tem um tronco de árvore”*. Lá aconteceu o episódio, como ele diz. Subimos a montanha e, lá no alto, ele fez a indicação: *“Foi aqui. Eu entrei com o carro por ali. Era uma Rural Willys. Parei. Nós viemos na frente, eu e o Alberi. Quando chegamos aqui, na frente do tronco, acenderam os faróis, nós nos jogamos no chão, e eles fuzilaram daqui para ali. Joel, Daniel, Lavecchia, Vitor e o menino argentino, que rastejou”*. É a cena que o Aluizio descreveu. *“Ele me contou que não queria ‘ir’.*” Eles não falam a palavra “morrer”. *“Aí nós nos aproximamos, e ele ‘foi’.*”

Depois ele disse que não sabia onde estavam os corpos. Nós fomos embora. No dia seguinte, voltamos e fizemos exaustiva busca, com radares de solo, já com a presença dos peritos e da Polícia Federal, mais o Ministério Público Federal. Fizemos todas essas buscas e, depois, as escavações, que resultaram infrutíferas.



Fizemos uma última expedição, de 10, 12 ou 14 dias, não lembro. Nós fizemos toda aquela faixa lá, a partir daquele tronco, em um raio de 50 metros. Realizamos as buscas ali.

Essa informação que chega, a versão que é contada no livro do Aluizio também foi relatada para nós em outros depoimentos. Os depoimentos eram do Sargento Marival, de um casal de infiltrados que falou com a gente e de mais uma fonte militar, que nos deu exatamente essa versão que a Juliana Dal Piva conta: foi feito o massacre, o Onofre Pinto foi retirado do local, ficou na casa, etc. e tal. Então, as informações são de várias fontes. Uma delas é a do livro, outra é do Paulo Malhães, que confirma essa informação, e dessas outras fontes que contam isso.

Fizemos todas essas buscas em 2010. No ano passado, nós realizamos de novo buscas lá. Nós fizemos inclusive uma coisa muito importante, que foi ouvir formalmente as testemunhas, essa testemunha e mais um dos infiltrados que participou nisso. Disse que sabia, mas não falou muita coisa. Nós fizemos buscas no local, levamos essa testemunha, com quem fizemos a reconstituição do massacre. Ele descreve como foi, descreve onde aconteceram as mortes, descreve trajetórias de bala e tudo o mais. Tudo isso está documentado pela Comissão Nacional da Verdade.

Fizemos depois com ele a reconstituição do local onde estaria a tal Casa da Morte de Foz do Iguaçu. Nós fomos até o local, estabelecemos a localização no ano passado. Não é um bairro tão afastado assim. É uma casa que ainda tem os alicerces. Ela foi destruída. Isso está lá, foi documentado. O Daniel Lerner está aqui, um dos participantes dessa investida e dessas reconstituições todas. Nós fizemos a documentação disso tudo.

Ouvimos a testemunha pelo menos cinco vezes. Falou exaustivamente. Falamos com a família do Alberi, que contou exatamente a mesma coisa, que a casa ficava em tal lugar, que o Alberi morou lá depois desse episódio e que o Coronel Teixeira ia a Foz do Iguaçu para levar dinheiro e tentar levar o Alberi para Brasília, mas o Alberi não queria.

Também foi dito para nós quem eram os participantes do massacre. Foi dito que o então Capitão Paulo Malhães, que morreu agora, como coronel, não estava dentro do mato. Quem estava dentro do mato era, na época já Major, Ênio Pimentel



Silveira, o Dr. Nei, mais o Laicato, o Camarão, o Presuntinho, o pessoal do Batalhão de Fronteiras. Foram dados mais três nomes. Esse é o grupo identificado, por meio de vários depoimentos, como o de participantes e executores do massacre. Fizemos essa oitiva, cruzamos informações, e foi confirmado, de várias formas, que essas pessoas estavam envolvidas nessa operação.

O Sargento Marival, por exemplo, diz que estaria envolvido perifericamente, não no local, mas em Buenos Aires, para atrair as pessoas.

Fizemos essas buscas todas, fizemos tudo isso com a preocupação de chegar aos corpos. O agente do CIE que foi lá dentro do mato disse: *“Estão aqui dentro, não saíram daqui, senão eu saberia”*. Então, nós temos que continuar as buscas. Por isso é que não somos a favor de abrir trilha, não somos a favor de abrir a estrada, porque senão o local se tornaria devassado e, aí sim, haveria o risco de serem roubadas de nós essas ossadas.

Houve uma sucessão de expedições. Ao longo de mais de 1 década foram realizadas tentativas de se fazer a localização. Isso não está parado. Eu sou Coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, sou Assessor, como acabou de dizer a Dra. Rosa, da Comissão da Verdade Nacional ampliada e faço parte dessa equipe de buscas, junto com vários companheiros, como Vilaron, Daniel Lerner. Isso não está parado, isso continua, e vão ser feitas mais coisas até que se estabeleça a localização ou que tenhamos, talvez, de dizer que não dá para fazer isso. Mas isso nunca foi deixado de lado. Em hipótese alguma deixaríamos de lado essas buscas, por um motivo muito simples: essas pessoas que desapareceram não eram quaisquer pessoas, eram amigas nossas.

Quando eu ouvi desse cidadão do CIE a história do massacre, voltei para São Paulo, e a primeira providência que tomei foi reunir a família Carvalho para contar a morte dos dois, Daniel e Joel. O comandante da organização de que eu era militante era o Devanir José de Carvalho e ele tinha um carinho muito grande por estes dois irmãos, Joel e Daniel. Então, fiz questão de reunir a família para contar essa história, para eles saberem o que está acontecendo. A família nunca deixou de saber. Desde o primeiro momento que soubemos, ela foi informada e acompanhou, na medida do possível, o que foi feito.



Eu queria registrar esta minha posição como sobrevivente da tortura, como familiar de alguém que foi morto dessa maneira (o meu pai foi assassinado na tortura): eu sou absolutamente contra a reabertura da estrada, para que preservemos o local, porque nós precisamos localizar os corpos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Desculpe-me, só um momentinho. Como Presidente desta Comissão e autor do requerimento, digo que nós não convocamos esta audiência pública para discutir a reabertura da Estrada do Colono.

O SR. IVAN SEIXAS - Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Esta audiência pública tem objetivo claro, registrado no requerimento: debater o tema e dar à sociedade o direito de saber o que aconteceu naquele local, no Parque Nacional do Iguaçu, em 1974. É um direito!

O SR. IVAN SEIXAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Porque, até agora, o que foi feito lá — foram muitos movimentos — soa estranho. As pessoas do entorno não sabem. Estão aqui várias pessoas de Medianeira, Serranópolis, Capanema, que ficam espantadas, porque o helicóptero desce, sobe, vai e vem, e não se esclarece para a sociedade o que está acontecendo, como se estivéssemos num regime militar! Nós estamos em plena democracia.

Um dos objetivos desta audiência pública, portanto, e nós o estamos alcançando, é dar conhecimento sobre o que aconteceu dentro do Parque Nacional do Iguaçu e a esses cinco brasileiros e um argentino.

Peço a compreensão de V.Sa., para que não misture a questão do projeto da Estrada do Colono com o debate da chacina, até em respeito aos que lá perderam suas vidas.

O SR. IVAN SEIXAS - Eu só queria lembrar ao Deputado que eu, como vítima da ditadura, não estou comparando a nossa ação à da ditadura, porque eu acho que é bem diferente. Nós estamos tentando esclarecer o caso. Como envolve risco, inclusive risco à minha vida, as coisas são feitas com descrição. Em alguns momentos, são feitas até em segredo, porque corremos risco de ser mortos, eu e várias outras pessoas envolvidas com isso. Com certeza, todos nós corremos risco.



Por isso, temos a preocupação de fazer primeiro para, depois, dizer o que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Vamos prosseguir e concluir, porque o Rafael ainda quer 5 minutos do tempo para falar em nome da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. IVAN SEIXAS - Está bom.

Para encerrar, eu só queria dizer o seguinte: a nossa preocupação é localizar os corpos. Por isso, tudo isso foi feito exaustivamente ao longo desses muitos anos, e não se parou. Essa é coisa mais importante. Isso continua sendo feito, porque o objetivo é localizar Ernesto Ruggia, Daniel e Joel Carvalho, Vitor Ramos, Jose Lavecchia e o Onofre, que, conforme o relato, foi jogado da ponte de um rio, que hoje está submersa pelas águas de Itaipu. Por isso não temos condições de localizá-lo, mas quanto aos outros cinco, não desistiremos até achá-los.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Terá a palavra, por 5 minutos, o Sr. Rafael Luiz Feliciano da Costa Schincariol — nome extenso —, Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Antes, eu quero informar que o seu antecessor, o Dr. Gilles, esteve conosco também no local, na região de Serranópolis, Santo Antônio do Sudoeste, Capanema, juntamente com o Aluizio.

Nosso desejo é de que muitos encaminhamentos feitos anteriormente pela Secretaria tenham continuidade, para que não se percam, até porque há recursos públicos investidos, foram geradas expectativas. Precisamos dar continuidade a isso.

Deputado Renato Simões, concederemos 5 minutos para Rafael Luiz e 15 minutos para Roberto Vizentin, Presidente do ICMBio. Depois, poderemos proceder àquele ato sobre a presença aqui do Senador haitiano. V.Exa. vai oferecer esclarecimentos na sequência. Então, com um pouquinho mais de paciência, nós chegaremos lá. Obrigado.

Com a palavra Rafael Luiz.



O SR. RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL - Boa tarde, Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa. Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar o senhor e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias pela realização deste debate. Debates sobre questões que envolvem massacres da ditadura militar são fundamentais para o fortalecimento da esfera pública e para a consagração e a efetivação do direito à memória e do direito à verdade.

Esses debates têm sido feitos também em audiências públicas pela Comissão Nacional da Verdade e em diversas ações da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que é presidida pelo Dr. Paulo Abrão, e também da Secretaria de Direitos Humanos.

Eu queria lhes dizer que, agora, Ideli é a Ministra de Direitos Humanos e que eu acabei de assumir a coordenação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Nós estamos envidando todos os esforços possíveis para localizar e identificar os desaparecidos políticos da ditadura militar.

A propósito, eu queria anunciar aqui que amanhã acontecerá a abertura de edital de contratação de peritos para início dos trabalhos de avaliação das ossadas encontradas na Vala de Perus em 1990. É uma pena que a Deputada Luiza Erundina não esteja aqui. Já avisei isso a ela. A Deputada Luiza Erundina é uma grande companheira, batalhadora de São Paulo. Foi ela quem determinou a abertura da Vala de Perus, em São Paulo, e descobriu as 1.049 ossadas. cremos que algumas são de desaparecidos políticos da ditadura militar. Esse trabalho vai ser coordenado pela SDH, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo, com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo e com a nossa Comissão coirmã, a Comissão Nacional da Verdade.

Esclarecido isso, o que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos tem a dizer sobre esse caso? Primeiramente, que a Comissão tem duas tarefas fundamentais. Uma delas acabou, por causa da extinção do prazo: reconhecer mortos e desaparecidos da ditadura militar. Todos esses seis envolvidos nesse caso são reconhecidos pela Lei nº 9.140 como desaparecidos, assassinados pela ditadura militar e estão aqui junto com outros nessa publicação de 2007, que é o relatório final da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.



Fora isso — esta é a grande razão da existência da Comissão até hoje —, nós temos a obrigação legal de envidar esforços para localizar os desaparecidos políticos. Como eu lhe disse ontem, Lilian, vamos continuar os trabalhos, vamos retomar as expedições no início do segundo semestre, e essas expedições serão realizadas em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, que é uma comissão coirmã e em cujo trabalho depositamos nossa absoluta confiança.

Era isso o que eu tinha a lhes dizer. Vocês fizeram questionamentos sobre a retomada dos trabalhos. No início do segundo semestre, vamos retomar esses trabalhos. Em reuniões internas, faremos tudo o que for necessário para que essa próxima expedição tenha caráter o mais definitivo possível, a fim de que possamos encontrar os restos mortais desses seis desaparecidos políticos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Rafael.

Com a palavra o último expositor da Mesa, o Sr. Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN - Obrigado, Deputado. Minha saudação a todos da Mesa e também aos que aqui nos acompanham.

As razões pelas quais nós fomos convidados a comparecer já foram explicadas. Eu apenas expressei então, Deputado, que comparecemos aqui com mais absoluto respeito, solidariedade e compromisso não apenas em relação ao tema desta audiência, mas a todo o sentido histórico da Comissão da Verdade e também da ação da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Não serão necessários os 15 minutos, porque o que me cabe neste momento, fundamentalmente, é manter o compromisso não apenas por uma formalidade legal de colocar o instituto numa posição de colaboração, mas por entendermos que se trata de um imperativo de ordem ética, moral e de uma das principais tarefas a que se propôs o próprio Governo e a sociedade brasileira, a de revelar toda a verdade associada ao próprio objeto desta audiência pública.

Acho também, concordando com o que disse o Deputado, que, para o êxito desta colaboração do instituto, da equipe do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, é muito importante não se perder a centralidade e a finalidade do que se discute aqui,



que é justamente, no limite, continuar as ações e as operações de busca dos restos mortais dos guerrilheiros assassinados.

Entendo que associar esse propósito a qualquer outro, independente do mérito que possa ter e da legitimidade, não é a melhor forma de alcançar esse propósito de fazer o que tem de ser feito nesse espaço que está sendo indicado concretamente ou em outro que a investigação indicar.

Eu não quero me alongar aqui. Apenas coloco, como das vezes anteriores, o instituto, a direção do Parque Nacional à disposição da sua coordenação na Comissão, do Parlamento, da Comissão da Verdade. Estaremos a postos para atender qualquer solicitação que for feita nesse sentido.

No mais, fico à disposição para responder qualquer questionamento que venha a ser feito.

Muito obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Roberto Vizentin.

Feitas as exposições por integrantes da Mesa, creio que podemos retornar a palavra àqueles que queiram falar na sequência, mas antes precisamos ouvir os Deputados ou Deputadas presentes que queiram se manifestar sobre essas exposições.

A palavra está aberta às Deputadas e aos Deputados que queiram manifestar-se. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Renato Simões.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, quero apenas agradecer a oportunidade que V.Exa. nos dá para aprofundar o tema. Ontem tive uma aula particular com V.Exa., quase 1 hora de conversa a respeito do objeto desta audiência. Parabenizo V.Exa. pelo empenho com que a Comissão de Direitos Humanos atua nessa gestão junto à Comissão da Verdade, aos familiares das vítimas, à comunidade local, para esclarecimento desses fatos.

Após esta audiência, espera-se — este é o propósito de V.Exa. — uma parceria entre essas várias instituições para fortalecer os esforços já feitos no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a localização dos restos mortais dessas pessoas.



Menciono que acabamos de liberar uma emenda parlamentar, no valor de 300 mil reais, para esse esforço referente às ossadas de Perus. Reforça o convênio que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República mantém com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, que tem à frente o Secretário Rogério Sottili. Por uma sorte muito grande, esse recurso não foi contingenciado. Desse modo, essa atividade em relação às ossadas de Perus será reforçada com esse recurso que nos foi solicitado pela Prefeitura de São Paulo.

Eu espero que nós possamos também ter os recursos necessários para manter as expedições e as buscas até a localização das ossadas das vítimas do massacre do parque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputado Renato Simões.

Com a palavra o Deputado e Padre Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, eu queria parabenizar a Presidência da Comissão e também os expositores.

Acho que a verdade vai aparecendo com mais profundidade após os depoimentos, as falas daqueles que conseguiram demonstrar que fizeram algo em nome do Estado brasileiro no tempo da ditadura, colaboraram também com essas informações, mas o importante é que a Operação Condor ainda precisa ser muito aprofundada. Inclusive, eu recebi ultimamente documentos vindos do Paraguai — alguém os encaminhou para mim e devo encaminhá-los à Comissão da Verdade. Normalmente, estão próximos a esses acontecimentos.

O que nós conseguimos identificar é aquela mentira de que tudo, de que toda a documentação foi queimada. Muitos documentos foram queimados, mas ainda tem muita coisa por aí. Acho que esse é o trabalho que vai sendo feito pela Comissão da Verdade, pela Subcomissão desta Comissão de Direitos Humanos e também pela própria Comissão de Direitos Humanos.

Queria dizer que é importante perceber que a Chacina que aconteceu no Parque do Iguazu revela as várias facetas do crime organizado no tempo da ditadura, que deu origem a vários crimes, como chacinas, esquadrões da morte e grupos de extermínio, que a gente verifica que aí estão.



Então, eu queria parabenizar a todos e dizer que é mais uma contribuição dada para que a memória e a verdade possam se estabelecer, para que nós possamos, a partir daí, realizar aquilo que falta, a justiça, pois Comissão de Memória e de Verdade sem que a justiça seja feita... Em alguns países, a justiça foi torturadores e matadores irem à imprensa pedir perdão à nação. Somente com esse encontro com a Nação brasileira, com esse resgate é que nós poderemos continuar no processo de democracia, de participação e de transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Eu queria, antes de encerrar, ouvir aqueles expositores que ainda queiram fazer uma última e breve recomendação, pedido ou indicação, principalmente de encaminhamento, porque a audiência pública tem também este objetivo: encaminhar o que nós devemos fazer de ora em diante.

Eu quero só lembrar aqui alguns pontos. Primeiro, o Rafael Luiz falou sobre o convênio e a parceria para a questão da vala de Perus. Esse protocolo foi assinado aqui nesta mesa. Inclusive, tem a assinatura deste Presidente, ainda na gestão da Ministra Maria do Rosário. A exemplo desse protocolo, nós queremos... Inclusive, temos uma proposta de minuta para uma parceria semelhante para o caso de Foz do Iguaçu, envolvendo a Secretaria, a Comissão da Verdade, a universidade, que talvez seja a Fronteira Sul, e outras universidades que também queiram participar. A Itaipu Binacional tem como colaborar nisso, assim como o Instituto Chico Mendes, que é o gestor do Parque Nacional do Iguaçu.

Nós queremos evoluir para esse acordo, para que nele haja posições claras do objeto que estamos buscando e recursos financeiros para isso, para que possamos dar continuidade a essas buscas. Esse é um ponto que eu quero ressaltar aqui.

Há outro aspecto. Além da retomada das buscas, de que eu falava aqui com o Rafael, há uma sepultura, no Cemitério Municipal de Serranópolis, tida como desconhecida — e data de 1974. Nós fomos lá com a Comissão. Havia, por parte da Secretaria de Direitos Humanos, o propósito de abrir aquela sepultura e fazer a exumação dos corpos. Acho que esse também é um ponto que precisa ser



encaminhado. Há algumas dicas sobre quem está sepultado naquele local. Mas, para que cheguemos à conclusão de quem são, nós precisamos fazer o procedimento de exumação dos corpos enterrados naquele túmulo em Serranópolis do Iguaçu. Ele condiz com a data e condiz com corpos que foram encontrados praticamente no mesmo lugar, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, mais ou menos na data de 1974, e pelas datas que estão nos outros túmulos ao lado daquele.

Nesse túmulo, segundo populares, foram sepultadas duas pessoas — na mesma cova, na mesma jazida — envoltas em plástico e lá enterradas. Isso foi contado por populares que fizeram esse sepultamento. Nós estamos aguardando da Secretaria de Direitos Humanos o procedimento necessário para chegarmos a bom termo sobre quem está sepultado naquele local, inclusive fazendo a exumação e as perícias necessárias.

São dois pontos que nós precisamos encaminhar, como responsabilidade pública que temos: a continuidade das buscas, através de uma parceria ampla com os órgãos envolvidos na área, a exemplo do convênio, do acordo com relação à vala de Perus, e esse caso do Cemitério Municipal de Serranópolis, que estava na pauta da Secretaria de Direitos Humanos.

Está aberta a palavra aos expositores, para uma última intervenção. Serão alguns encaminhamentos, mas de forma muito breve, 2 ou 3 minutos para cada um, para fazermos o encerramento desta nossa audiência pública. Na sequência, teremos aqui ainda uma atividade proposta pelo Deputado Renato Simões, que nós vamos concluir, antes de encerrar a audiência.

Quem começa? Vamos começar pelo Vizentin?

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN - Deputado, não temos nenhuma objeção, se for esse o encaminhamento. Mas, independente de qualquer formalidade desse acordo, reafirmo o que já disse. Faço apenas um comentário absolutamente secundário, diante da grandeza do propósito que aqui se discute. A rigor, uma vez comprovado que o local tenha sido realmente o parque, mesmo assim não será a Chacina do Parque, como está na chamada desta audiência. Então, nós poderíamos absolver o Parque Nacional pelo menos da autoria dessa barbaridade. Se houver outro chamamento nesse sentido...



Não é uma crítica à Comissão, absolutamente, mas melhor seria talvez dizer Chacina no Parque, para não dar essa conotação que eventualmente possa ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - É uma boa sugestão, Vizentin.

O SR. SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Acho que é bem observado. Podemos tratar disso neste grupo e definir o nome sem nenhum problema. A democracia nos permite corrigir possíveis falhas.

O SR. ALUÍZIO FERREIRA PALMAR - Depois dos compromissos aqui assumidos pelo Roberto Vizentin e pelo Rafael Schincariol, eu saio otimista e contente, acreditando que o trabalho de pesquisa de solo e de escavação vai continuar.

As investigações começaram há 30 anos, e não ontem. Vêm de longe, muito longe, e estão bem avançadas. As conversas da Juliana com o Coronel Paulo Malhões acrescentaram dados novos e confirmaram aquilo que a gente já havia descoberto lá atrás.

Depois, outros trabalhos que nós temos feito no campo completam bem o quadro de como foi a Chacina no Parque. Talvez faltem informações. Sempre vão faltar informações. Nós vamos continuar trabalhando, investigando, ouvindo as pessoas envolvidas nesse caso, mas, independente disso, a nossa prioridade — e este é o foco desta audiência — é a pesquisa de solo: passar o radar de penetração no solo, buscar vestígios, marcar o solo e escavar. Até agora, as escavações e as pesquisas de solo foram feitas em 2, 3 dias, chegando às 10 horas da manhã e saindo às 4 horas da tarde, devido a dificuldades de acesso ao local.

Então, em termos de encaminhamento, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos tem dotação... É função, é obrigação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos a busca dos desaparecidos políticos. Eu fico animado com o compromisso que você está assumindo aqui hoje, Rafael, de que vai criar as condições para, no segundo semestre, a gente continuar o trabalho de busca no local, com toda a facilidade de acesso que o Vizentin vai dar, não é, para todos nós, ao local da Chacina, como seus antecessores já haviam feito.



Então, eu acredito que esta audiência foi muito boa, foi um passo adiante. Nós vamos fechar o ano de 2014 com uma busca mais profícua, para que possamos entregar à Lilian e aos demais familiares os restos mortais daqueles companheiros nossos que tombaram naquele local.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Com a palavra o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL - Eu gostaria só de reafirmar mais uma vez o nosso compromisso de retomar essas buscas, essas expedições. Quanto a todas as suas observações, vou levá-las para a minha equipe. Vamos discuti-las, junto com a Comissão Nacional da Verdade, e, como eu te disse, vamos tentar fazer essas expedições de uma forma mais definitiva. Vamos verificar o caso desse cemitério e todas as questões que estão envolvidas aí, para dar uma solução para o caso específico da Chacina no Parque. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Rafael.

Com a palavra a Sra. Rosa Cardoso, da Comissão da Verdade.

A SRA. ROSA CARDOSO - Reafirmo também, na parte que nos toca, o exercício dessa parceria, dessas diligências que nós vamos fazer no segundo semestre. Sem nenhuma dúvida, isso já está programado. Nós vamos fazer, sim, a nossa parte, lembrando que nós somos de um órgão cujas atividades, cujo mandato se encerra em dezembro. Mas esperamos poder, neste semestre, avançar mais nessa questão, que é a última que falta, porque eu acho que, do ponto de vista da investigação de autoria e vítimas, para nós relatarmos isso inclusive em relatório da Comissão da Verdade, o quadro já está bem caracterizado.

Quanto à proposta que o Deputado faz no sentido de fazermos um convênio, nós aguardamos, então, a minuta, porque isso não pode ser uma questão decidida por mim, mas pelo colegiado. Nós aguardamos a minuta, então, para estudar com muito interesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Rosa Cardoso.

Antes de a Lilian se pronunciar novamente, eu queria registrar aqui a presença de Juan Antonio Barreto, da Embaixada da Argentina, que está acompanhando os seus patrícios aqui.



Juan, você ainda pode dizer alguma coisa. A Lilian permite, no seu tempo, incluir o tempo do Juan, não é. Então, rapidamente, Juan.

O SR. JUAN ANTONIO BARRETO - Muito obrigado, Deputado. Como foi mencionado o Governo argentino, eu simplesmente quero deixar registrado o total e absoluto compromisso do Governo da Argentina com a busca da verdade e da justiça no Brasil. A Dra. Rosa, da Comissão da Verdade, nos conhece, temos uma longa cooperação e, enfim, isso não vai ser exceção. Inclusive, recentemente foi assinado um memorando para troca de informações, que está à disposição para que o Governo argentino seja acionado, caso haja alguma possibilidade de cooperação nesse ponto.

No mais, agradeço ao Deputado por esta audiência. E agradeço pessoalmente ao Deputado pelo carinho com a Lilian e por essa possibilidade de divulgar, para não deixar que se esqueça o que aconteceu.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Juan.

O Rafael precisa fazer uma tarefa de governo. Ele quer fazer um pequeno agradecimento.

O SR. RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL - Pela segunda vez, eu me esqueci de agradecer ao Deputado Renato Simões pela emenda de 300 mil reais, que vai colaborar com os trabalhos do caso Perus. Desculpe-me, Deputado, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - É de praxe o Governo sempre agradecer as emendas parlamentares, e é importante que o faça.

Com a palavra a Sra. Lilian.

A SRA. LILIAN CLOTILDE RUGGIA - (*Exposição em espanhol.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - *Muchas gracias.*

Lilian, é possível que na sua próxima vinda ao Brasil, como desejo seu aqui manifestado, você tenha a possibilidade de também ter acesso ao local onde tombaram esses brasileiros e o nosso irmão argentino. Vamos torcer por isso. Pode ser que alguma coisa nos impeça, mas nosso desejo é esse. Talvez até no segundo semestre, estando em operação as buscas, haja possibilidade de um acesso ao local. Esse é um compromisso nosso também.



Com a palavra o Prof. Antonio.

O SR. ANTONIO MARCOS MYSKIW - Em nome da Universidade Federal da Fronteira Sul gostaria de agradecer o convite feito à Universidade e a minha pessoa. Estamos abertos para colaborar no que for necessário. Temos arqueólogos, temos pessoal de equipe. Não sei se temos os instrumentos capazes de fazer isso, mas podemos ver o que podemos fazer em relação aos estudos.

As várias falas que ouvimos aqui mostram quão rica é a história deste País, quão rica é a história de um lugar, quão rico é saber o passado desses lugares. Muita gente diz que não existem memórias. Os lugares foram feitos pelas pessoas e são as pessoas com os lugares que dão sentido a tudo isso. Em se descobrindo os corpos, os lugares, que não se façam só memoriais para lembrar essas pessoas, mas que se escrevam textos e que elas sejam lembradas para todo o sempre, porque aquele que lembra mantém viva as pessoas que já se foram.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Com a palavra a nossa amiga Juliana. Obrigado pela colaboração.

A SRA. JULIANA SCHWARTZ DAL PIVA - Obrigada. Queria também agradecer o convite. Espero ter colaborado. Também fico à disposição, porque vou continuar pesquisando e investigando este e outros casos. Também pesquiso muito os desaparecidos da Casa da Morte de Petrópolis. Vou continuar as pesquisas, e esses episódios acabam se envolvendo, pela questão dos agentes.

E deixo uma pequena sugestão ao Deputado: que entre na briga da Comissão da Verdade e do Ministério Público Federal pela busca dos documentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A gente ainda tem muita dificuldade. Eu, como jornalista, várias vezes já protocolei, baseando-me na Lei de Acesso à Informação, pedidos de acesso à documentação pública das Forças Armadas, que não é cedida. Os pedidos são respondidos, mas sem resposta... O trâmite burocrático acontece no *site* do e-SIC, mas a gente não recebe a documentação. Ouvi a mesma queixa do Ministério Público Federal e, muitas vezes, da Comissão Nacional da Verdade. Acho que não se pode mais admitir que em pleno Estado Democrático de Direito, 50 anos depois do golpe militar, a gente continue sem acesso a esses arquivos.



E fica também para o colega Rafael, da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o convite para que também batalhe para que a gente possa ter acesso a esses arquivos não divulgados. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Juliana.

Vou encerrar esta audiência pública que discutiu a Chacina no Parque — já fazemos a correção pedida pelo Vizentin — dizendo, com muita alegria, que nós conseguimos trazer, para registro nesta Casa, dados e informações importantes da nossa história, da nossa vida. Isso é muito importante para alguém como eu, que nasceu naquele cantinho do País, lá naquela região — em Santo Antônio do Sudoeste. Cresci e vivi toda a minha vida naquela região, onde ainda vivo. Claro que têm mais visibilidade os casos que aconteceram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Araguaia — que também é muito conhecido —, mas o que sempre nos chamava a atenção e nos questionava era a falta de conhecimento público sobre esse episódio acontecido provavelmente — acho que já registrado — no dia 14 de julho de 1974, no Parque Nacional do Iguaçu. Então, nós cumprimos aqui a nossa missão de dar um passo. Vamos continuar nessas buscas.

Quero agradecer de coração à Lilian e à sua filha, que vieram, estão aqui, e não é a primeira vez — ela registrou as várias vezes que esteve aqui. E também nos comove, porque me parece, não sei se estou enganado, Rosa, que ele consta como único estrangeiro nas listas de mortos e desaparecidos no Brasil durante a ditadura. Tem outros?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Que morreu aqui?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Trata-se de um caso que nos comove. Eu, enquanto vizinho de nossos *hermanos argentinos* — moro lá, ao lado da Argentina —, tenho algumas divergências em relação a algumas coisas, por exemplo, o futebol, mas nossos irmãos têm esse direito. E nós queremos, em paz, com a maior tranquilidade, debater e discutir esse assunto, inclusive com a colaboração do Governo argentino. Acho que é um encaminhamento que nós temos que fazer aqui.



Antes de encerrar esta audiência pública, peço às pessoas que vão acompanhar a audiência pública sobre a questão do Haiti que permaneçam neste plenário mais uns 3 ou 5 minutinhos, até que o equipamento fique pronto para começamos a próxima atividade.

Um grande abraço e muito obrigado a todos e a todas. *(Palmas.)*

Está encerrada a sessão.